

Países com economia verde na busca pelo lucro no sistema capitalista internacional e a exploração do meio ambiente: o caso de Noruega e Brasil

Green economy countries in the pursue for profit in the international capitalist system and the environmental exploitation: the case of Norway and Brazil

Ana Clara De Souza Andrade¹

Bianca Rodrigues Pereira²

Dillyan Figueiredo Tudisco³

Nathanny Isabella Ramos Ferreira⁴

Victorya Almeida Abreu⁵

RESUMO

Com a evolução do capitalismo formou-se um sistema de interações internacionais no qual existe o predomínio econômico de países do Norte Global em detrimento da exploração de países do Sul. Este trabalho busca apresentar o contexto e o desenvolvimento dessa dinâmica com foco nas relações econômicas do Brasil e da Noruega. Além disso, procura-se compreender como a questão da exploração ambiental se insere nessa conjuntura. À vista disso, utiliza-se das teorias marxistas e neomarxistas como as teorias de Dependência e Sistema-Mundo,

para analisar o comportamento dos atores na busca pelo lucro e a inserção no comércio internacional no sistema capitalista vigente.

Palavras-Chave: Marxismo. Teoria da Dependência. Meio Ambiente. Exploração. Brasil. Noruega.

ABSTRACT

Along with the evolution of capitalism a system of international interactions has been formed in which there is an economic advantage of Global Northern countries due to the current exploration of South countries. This paper seeks to present the context

1. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: anacsouzaandrade@gmail.com

2. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: bianca.pereira.1264243@sga.pucminas.br

3. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: figueiredolya@gmail.com

4. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: nathanny.ferreira@sga.pucminas.br

5. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: vaabreu@sga.pucminas.br

and the development of this dynamic focusing on economic relations between Brazil and Norway. Furthermore, it aims to understand how environmental exploration issues are inserted in this condition. Seeing that, it uses Marxist and neo-Marxist theories such as the Dependence Theory and

World-System, to analyze the agents' behavior on the pursuit for profit and insertion in international trade in the current capitalist system.

Key-Words: Marxism. Dependence Theory. Environment. Exploitation. Brazil. Norway.

1 INTRODUÇÃO

No século XV, o mercantilismo – sistema monetário embrionário do capitalismo – caracteriza-se como o período no qual diversas potências europeias conquistaram novos territórios, subordinando-os como colônias e explorando-os com o intuito de enriquecer a metrópole (GILPIN, 2002). Nesse contexto, a monarquia e a burguesia portuguesa aplicaram os princípios mercantilistas – inerentes ao sistema internacional da época – à sua economia política e, com isso, assumiram relações imperialistas em seus territórios na América, que posteriormente viriam a se tornar o Brasil.

Pode-se salientar a intensa exploração das terras brasileiras, que usufruiu do trabalho escravo, a fim de atingir um melhor custo benefício para o enriquecimento e o aumento do poder do país colonizador. Dessa maneira, os portugueses ilustraram como a consolidação do capitalismo apenas se tornou viável através de uma exploração predatória, que ceifou milhares de vidas e destruiu – de forma irreversível – o meio ambiente brasileiro, mas que cumpriu seu objetivo principal: fornecer riqueza, poder e segurança à metrópole (GALEANO, 2020).

Nessa conjuntura, após séculos de exploração, o Brasil também não esteve impune na busca de lucro em meio ao sistema capitalista atual. Característico de países do Sul Global, a exportação de produtos do setor primário tornou-se foco para as elites brasileiras alcançarem lucro na sociedade e, assim, investiram e investem no avanço do agronegócio sem pensar nas consequências. Com isso, o meio ambiente converte-se em produto e as elites, que pensam no lucro acima de tudo, contribuem para o legado dos colonizadores, configurando um desmatamento sem precedentes. Como bem ressaltou Marini, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47). Assim surgiu o Estado brasileiro: desde seu nascimento subordinado a países imperialistas que incessan-

temente roubam e exploram nossa fauna e flora, muitas vezes de forma mascarada (KRENAK, 2019).

O objetivo deste artigo é expor e compreender as relações sociais e econômicas entre a Noruega e o Brasil, bem como seus respectivos posicionamentos e ações sobre a questão ambiental na busca pelo lucro no sistema capitalista internacional. A pergunta de partida para a contextualização deste artigo é: ‘Em que medida as relações econômicas entre Brasil e Noruega influenciam na exploração ambiental brasileira?’. O presente trabalho é estruturado em 3 seções principais referentes à lente teórica, ao desenvolvimento econômico ligado ao meio ambiente e à análise visando apresentar como o Brasil e a Noruega se portam dentro desse sistema exploratório e dependente. Diante disso, foram utilizadas teorias marxistas e neomarxistas para analisar as dinâmicas sistêmicas, como a de Marx, Engels e as contribuições de Lênin que objetivam compreender o processo histórico das interações entre os Estados e o expansionismo fundamentado na busca por lucros, bem como a relação central da economia na condução da política internacional e do imperialismo. E ainda, as teorias de Sistema-Mundo e Dependência, que propõem uma explicação sobre a ordenação entre os Estados desenvolvidos e os periféricos baseada em fatores econômicos, considerando o subdesenvolvimento da América Latina como um produto do avanço do capitalismo mundial no Norte Global.

2 AS ABORDAGENS MARXISTAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria marxista emerge como uma reação aos desdobramentos da ideologia liberal econômica. No liberalismo, o mercado tem sua própria lógica de funcionamento e surge espontaneamente com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas. Com base no princípio de que os atores se comportam de maneira racional para conseguirem maximizar seus ganhos ao menor custo possível, quanto menos intervenção governamental existir, maior será seu equilíbrio, havendo assim distinção entre a esfera econômica e política. De forma contrária, o marxismo propõe o vínculo entre essas esferas, compreendendo que as desavenças governamentais são frutos da disputa entre as classes sociais pela distribuição de capacidades econômicas e só acabariam quando o grupo de classes e o mercado se extinguissem (GILPIN, 2002; MARX, 1999).

Partindo dos preceitos marxistas em Relações Internacionais, podemos analisar as dinâmicas do capitalismo que favorecem países do Norte Global e influenciam a exploração e o subdesenvolvimento de outros. Os fundamentos da teoria enfatizam que por meio da compreensão do materialismo histórico e da luta de classes, o Estado - e, conseqüentemente, o sistema internacional - é resultado dos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo evidencia a ordenação internacional de modo desigual e hierárquico, no qual países influentes - enriquecidos pela exploração de Estados dependentes - controlam as movimentações e as dinâmicas sistêmicas (HAGE, 2013; RUPERT, 2007; VIGEVANI, 2011). Dessa maneira, para evoluir economicamente, um país depende da exploração das classes - e de Estados subordinados - o que gera por si só o aumento das desigualdades. Percebe-se, então, a contradição da hipótese liberal, na qual a independência do mercado provocaria um equilíbrio e a equipolência entre os atores (GILPIN, 2002).

Ademais, a Lei de Desenvolvimento Desigual de Lênin admite que a desigualdade entre os atores provoca crises econômicas periódicas que afetam a estrutura do sistema. Sendo assim, o decréscimo de consumo de bens produzidos faz com que as grandes potências econômicas busquem colônias para servirem de mercado consumidor e de fonte de matérias-primas. Entretanto, a competição entre elas pelo domínio de uma nova região provoca conflitos imperialistas causando guerras e mais gastos quanto à sobrevivência e à manutenção do sistema vigente (GILPIN, 2002; LÊNIN, 1979).

Ligado a isso, o pressuposto do materialismo histórico, no qual as relações de produção são capazes de moldar as relações sociais, possibilita a compreensão das interações entre agente e estrutura de uma determinada sociedade. Partindo desse ponto, “os homens são seres históricos, simultaneamente produtores e produtos de processos históricos”⁶ (RUPERT, 2007, p. 155, tradução nossa). Entende-se então que a estrutura do sistema capitalista promove circunstâncias que fazem com que as ações dos agentes sejam ao mesmo tempo reflexos estruturais e reações de modo a alterar essa estrutura. Logo, ao passo em que ocorrem interações sociais em torno do capital, desenvolvem-se também relações de classe, bem

6. Humans are historical beings, simultaneously the producers and the products of historical processes.

como a cisão entre os detentores dos meios de produção e os assalariados, que vendem sua força de trabalho à classe proprietária para garantirem suas necessidades materiais de sobrevivência (GILPIN, 2002; MARX, 1999; RUPERT, 2007).

Em vista disso, Marx identifica a relação de dominação que perpassa as relações sociais no sistema capitalista nos diversos níveis. Desse modo, analisando o nível governamental, é possível apontar o Estado como resultado dos interesses dos atores dominantes, na medida em que inserem-se nessa estrutura - por meio de investimentos ou demais formas de controle econômico - a fim de promover a manutenção de seus privilégios e impor o seu controle (RUPERT, 2007; VIGEVANI, 2011).

Compreende-se, pois, a conexão entre os Estados, as classes e a ordem sistêmica, reiterando a forma de como atores dominantes também exercem um tipo de hegemonia diante das estruturas sociais. Sendo assim, os aspectos morais, culturais e políticos do grupo dominante são espalhados através das instituições da sociedade civil e engendram a noção de consentimento das classes dominadas. Tal situação acaba por articular uma interpretação coletiva que sustenta os interesses desse grupo desqualificando uma possível oposição (GRAMSCI, 2000; RUPERT, 2007; SILVA, 2005).

Considerando a questão ambiental, a abordagem ecológica não é parte central dos escritos tradicionais de Marx e Engels. No entanto, a crítica ao sistema capitalista proporcionada por eles é fundamental para a análise da degradação do meio ambiente, já que todos os atores se relacionam mutuamente com o ecossistema e são vinculados economicamente de forma a reiterar as relações sociais de dominação (GROSSI, 2009; LÖWY, 2014; KOVEL, 2011).

Nesse sentido, o capitalismo, comandado pelas grandes elites detentoras dos meios de produção e da hegemonia nas estruturas sociais, estabelece a necessidade do consumo, ao passo em que busca não somente satisfazer as necessidades de sobrevivência biológica, mas também aquelas socialmente criadas e disseminadas pelas estruturas da sociedade. Desse modo, a lógica do desenvolvimento capitalista está diretamente ligada à exploração ambiental, na medida em que o consumo, a competição por mercados e a extração de recursos naturais fomentados por processos industriais visam sempre o aumento da produção e do lucro, de forma incompatível - e insustentável - àquela suportada pelo meio ambiente (GROSSI, 2009; LÖWY, 2014; PAES DE ALMEIDA, 2015; KOVEL, 2011).

2.1 Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo

Ao abordar a teoria do Sistema Mundo Moderno apresentam-se duas perspectivas, sendo a primeira delas de Immanuel Wallerstein e a outra de Giovanni Arrighi. Para Wallerstein, um sistema tem características de um organismo vivo, pois, assim como um sistema biológico, os Sistemas Mundo têm um tempo de vida, possuem limites, estruturas e grupos associados que desempenham um papel essencial e são submetidos às regras de legitimação e coerência (WALLERSTEIN, 1974).

Dessa forma, o autor pontua que os Estados se dividem em centro, semiperiferia e periferia. Tal divisão baseia-se na organização social do trabalho, “que legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho dos outros, isto é, recebem uma maior parte do excedente” (WALLERSTEIN, 1974, p. 339). Wallerstein (1974) apresenta maior capacidade produtiva e um potencial lucrativo maior. A semiperiferia, por sua vez, atua como uma espécie de corredor entre os centros e as periferias, já que possibilita o transporte de excedentes entre os dois extremos. Por fim, a periferia, que tem predominância de economia agrária, é caracterizada pela produção de manufaturados e de commodities. Assim, são colocadas em posição de subordinação ao centro em razão das inter-relações que desenvolvem com grupos capitalistas (AMARAL, 2017).

A teoria da Dependência, por sua vez, surgiu no contexto latino-americano da década de 60, como uma reação à teoria da modernização, visando questionar o motivo de alguns países não conseguirem se desenvolver economicamente da mesma forma que outros (SANTOS, 1998). Assim, busca evidenciar que os países da América Latina apresentam peculiaridades econômicas que impedem o desenvolvimento do capitalismo da mesma maneira como nas economias caracterizadas como avançadas (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Entende-se por teoria da Dependência a tentativa de colocar uma nova versão do sistema colonial, com o objetivo de impor um modelo que reafirma a exploração dos países periféricos (MACHADO, 1999).

Essa modernização, defendida pelos teóricos do desenvolvimento, visava alcançar o progresso das nações por meio da adoção de normas de comportamento e valores configurados pela racionalidade econômica moderna e pela busca de uma produtividade

máxima que atingisse a acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e da sociedade nacional como um todo (SANTOS, 1988). Nesse cenário surge a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com objetivo principal de fundar uma base que pudesse criar condições de desenvolvimento para países da região. No entanto, países que apresentam uma pauta de exportação amplamente baseada em produtos agrícolas estão fadados à posição periférica, dessa forma não possuem condições de realmente alcançarem a modernização (HAGE, 2013). À vista disso, as economias periféricas - enquanto exportadoras de produtos primários - não detêm o controle do seu próprio crescimento, logo, dependem da demanda dos países centrais para impulsionar o próprio desenvolvimento (MELLO, 1988).

Marini (2000) ao tratar a dependência na América Latina, discorre acerca da profunda contradição apresentada pelo ciclo do capital presente nas economias dependentes e dos efeitos cruciais na economia industrial latino-americana oriundos da exploração do trabalho. Nesse sentido, visto que Marx (2017) articula a crítica dessa contradição, podemos observar o paralelo de Marini com a teoria marxista para evidenciar o fato de que os Estados latino-americanos se submetem à condição de exploração porque faz sentido na lógica capitalista, na qual esses países buscam se inserir e alimentar todo sistema ao mesmo tempo, como apontado por Theotônio (1998), em que têm seu desenvolvimento limitado.

Ademais, para essa lente teórica, deve-se olhar para outros atores além dos Estados, como proposto por Lênin ao observar a relação entre os países industrializados e os agrários, em que as empresas multinacionais atuantes nestes países passam a ser atores importantes. Além de também considerar que o imperialismo pode agregar com a industrialização nacional por meio de duas formas: através dos investimentos diretos no setor em questão ou por intermédio de transferência de tecnologias ultrapassadas (MARINI, 2000).

Conforme Cláudio Katz (2016), ambas as teorias possuem convergências: a crítica às lentes teóricas liberais do desenvolvimento, as concepções positivistas da modernização e os questionamentos à imposição do modelo liberal em países da periferia pelos países do centro. Posto isso, as duas teorias reconhecem o papel que os países do Norte Global exercem sobre os do Sul Global, instituindo um sistema de exploração que sempre se volta para a clas-

se trabalhadora das periferias do Sistema Mundo, em que as elites presentes reforçam essa superexploração do trabalho para manter a lógica capitalista funcionando (MARINI, 2000). Em vista disso, Immanuel Wallerstein destaca que o capitalismo conseguiu constituir uma dimensão que ultrapassa as delimitações geográficas por meio da perda econômica pelas entidades políticas. Isto é, o capitalismo foi capaz de triunfar por se basear na perspectiva de que as vitórias ocorrem quando os ganhos ficam nas mãos de entidades privadas, pois são elas que vão continuar alimentando o Sistema Mundo de forma a manter a lógica capitalista em vigor (MARTINS, 2015).

Ambas teorias fazem uma alusão ao imperialismo para ilustrar a situação de dependência entre os países, uma vez que as periferias são postas como colônias, cujo papel central é exportar matérias-primas para os centros, da mesma forma como ocorria no sistema mercantilista. Assim, para que as periferias consigam sustentar suas posições na lógica capitalista, é necessário explorarem seus recursos naturais. Marini (2000) pontua, então, que a América Latina produz e impulsiona o mercado de produtos primários, mas não se torna relevante para os países de centro como um igual, pois a reduzem somente como produtora e exportadora de alimentos e commodities.

Portanto, as duas teorias neomarxistas buscam compreender a forma como as periferias lutam para se manter estáveis dentro do sistema, mesmo que tenham que superexplorar dos próprios recursos para perdurarem no Sistema Mundo. Nessa lógica de exploração é possível enxergar o esgotamento dos recursos naturais, em que a degradação ambiental resulta na deterioração da qualidade de vida das populações que ocorre para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo (MÉDICI, 1983).

3 O CRESCIMENTO ECONÔMICO EM DETRIMENTO DO MEIO AMBIENTE

É notório que a invasão do Brasil no século XV inseriu o país em um sistema exploratório de forma abrupta pelo qual os povos nativos não escolheram. Ailton Krenak descreve essa situação ao nos dizer que a população originária foi arrancada de seus coletivos para serem “jogadas nesse liquidificador chamado humanidade» (KRENAK, 2019, p. 14). Países europeus chegaram no território

latino-americano se apossando de tudo e de todos e as terras habitadas por tribos indígenas e civilizações, nas quais não havia o conceito de propriedade privada, infelizmente, “pereceram diante das atrocidades decorrentes do comércio” (LEIRA, 2021, p. 16).

Nesse sentido, Galeano (2020) mostra como a América Latina foi inserida no mundo - e no mercado mundial - subordinada e explorada pelos donos do poder (e do capital) desde o princípio e continuará sendo ao longo dos tempos. O Estado brasileiro, assim como todas as colônias ibéricas, foi fundado diante de uma “intensa produção extensiva [que] esgotou rapidamente os solos” (GALEANO, 2020, p. 95). Assim, terras que naturalmente eram altamente produtivas, como as do nordeste brasileiro, tiveram suas forças exauridas e deixaram de ser convenientes para as grandes elites agrárias que tanto exploraram a região com a produção de café e de cana de açúcar, deixando para trás um solo desgastado, muita fome e miséria. Ainda não suficiente, migraram para terras do sudeste, onde os escravizados passaram a trabalhar em minas de ouro, remexendo no solo para que o metal precioso pudesse enriquecer elites alheias. Embora o período colonial tenha cessado, a exploração das riquezas ambientais brasileiras ainda é ativa e até mesmo incentivada, devido às exportações, por países que propagam a ideia de crescimento sustentável, como a Noruega.

A cultura de exploração intensa estabeleceu-se mesmo após o Brasil ter adquirido independência e, década após década, o desmatamento prevaleceu. Assim como o crescimento das áreas urbanas, o agronegócio expandiu e trouxe consigo a ganância e a busca por lucro sem precedentes. Essa combinação de fatores fez com que o Brasil perdesse milhões de hectares de cobertura arbórea, culminando na ameaça extrema de biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga. Na atual conjuntura, a preocupação com a floresta tropical brasileira tornou-se maior sob a administração do presidente Jair Bolsonaro, visto internacionalmente como uma pessoa “arrogante, ignorante e provocadora” (LEIRA, 2021, p. 190).

Frente a esse cenário, não podemos culpabilizar apenas o Norte Global como agente do descuido com o meio ambiente, afinal, o próprio governo brasileiro permite que o desmatamento aconteça em seu território e, principalmente, facilita o caminho para que o Brasil exporte suas riquezas para estrangeiros. Ligado a isso, a elite brasileira é decisiva no papel de controle das exportações e investimentos no agronegócio, visto que a atuação delas no mercado

mantém o país como uma das maiores economias mundiais. Nesse sentido, o genocídio dos indígenas, a apropriação de riquezas na América Latina e a criação de monoculturas de exportação foram essenciais para a constituição de grandes fortunas, tanto por parte das elites nacionais quanto por atuação de países de centro, ou seja, do Norte Global - ambas sendo inerentes ao sistema capitalista.

Conforme Leira (2021), o Estado brasileiro já se mostrava interessado em explorar intensamente recursos valiosos escondidos sob a vegetação da Amazônia desde o período militar, revelando mais uma vez que, independente do governo vigente, a exploração vegetal e o desmatamento sempre foram fontes do lucro para o país se desenvolver. No entanto, no caso dos militares, “questões ambientais vinham bem atrás na lista de prioridades, se é que chegavam a ser ponderadas” (LEIRA, 2021, p. 45). Compara-se muito a postura dos militares de 1964 às decisões do presidente Jair Bolsonaro de agir ostensivamente para não receber ajuda ambiental externa. Bolsonaro alega defender a soberania brasileira frente às questões internas, qualificando a postura intervencionista de outros países como colonial, por exemplo a França, ao mesmo tempo que através da desregulamentação e da privatização, o governo facilita o acesso de empresas multinacionais à exploração de recursos na Amazônia e no resto do país.

Ademais, é relevante pontuar quem são os atores nesse processo de desmatamento. As multinacionais investem enquanto a população mais miserável trabalha, muitas vezes, em condições análogas à escravidão. A fiscalização é escassa em lugares remotos - principalmente em mineradoras no meio da Floresta Amazônica - e o Congresso brasileiro desconsidera resoluções para o problema, uma vez que a “bancada ruralista” é maioria ideológica, desejando “proteger a si mesmos e a seus interesses - e têm o poder de fazê-los” (LEIRA, 2021, p. 139). É comum ver que várias empresas agrícolas financiam campanhas eleitorais com a intenção de receber proteção em troca. Ou seja, conforme Marx aponta, a relação de dominação atravessa as relações sociais no sistema capitalista nos diversos níveis, inclusive o governamental, sendo possível compreender o Estado e, no caso essas empresas, como resultado dos interesses dos atores dominantes, na medida em que inserem-se nessa estrutura por meio de investimentos ou demais formas de controle econômico (RUPERT, 2007; VIGEVANI, 2001).

Além disso, é questionável a validade de políticas públicas vol-

tadas à narrativa ecológica. Como exemplo, a antiga empresa Aracruz, produtora de celulose, ganhou vários prêmios ambientais no Brasil e foi reconhecida como sustentável na Bolsa de Nova Iorque. Ao mesmo tempo, foi acusada internacionalmente por ocupar terras de povos indígenas e quilombolas no Espírito Santo e criticada por poluir rios e o ar com um material cancerígeno (ARACRUZ É ACUSADA..., 2006). Nesse sentido, ressalta-se o próprio Fundo Amazônia proposto por ambientalistas brasileiros, criado em 2008 com a finalidade de promover a prevenção, a conservação, o monitoramento e o combate ao desmatamento na Floresta Amazônica, financiado por países como a Noruega e a Alemanha (FUNDO AMAZÔNIA, 2017). Logo, antes da conclusão das negociações do Fundo, o Brasil apresentou níveis expressivos na diminuição do desmatamento. Com Lula na presidência e Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, ambos comprometidos com a questão ambiental, o país reduziu pela metade o desmatamento anual nos anos de 2004 a 2007 (LEIRA, 2021).

No entanto, assim que a Noruega decidiu que iria fornecer bilhões às florestas tropicais, financiando iniciativas privadas e estatais - definidas pelos próprios brasileiros, para evitar interferência na soberania do país - Marina Silva deixou o cargo de ministra, alegando que o novo governo Lula, de 2008, ignorava as pautas acerca do meio ambiente. De fato, as décadas seguintes não prosperaram tanto quanto as anteriores ao Fundo Amazônia, no qual o seguinte governo Dilma “foi marcado por grandes projetos desenvolvimentistas na região amazônica, como a [...] hidrelétrica de Belo Monte, bem como por ataques constantes à legislação ambiental.” (LEIRA, 2021, p. 109). Vale também destacar a relação do banco que faz a gestão do Fundo, o BNDES, que ao mesmo tempo que administra a conservação da floresta, investe em projetos que também a agridem, como a pecuária extensiva, a produção de soja e a construção da hidrelétrica de Belo Monte (LEIRA, 2021).

3.1 Noruega e sua contraditória economia verde

Exemplo internacional a ser seguido em temas ambientais, a Noruega pode ser vista como contraditória ao analisar o papel ambíguo do Estado em relações referentes às questões amazônicas. O país é conhecido por investir intensamente no reflorestamento, plantando mais árvores do que corta, no qual 38% do território é

coberto por florestas, visto que, desde 1919 o governo e a população se preocupam com a preservação ambiental. Ademais, a Noruega é líder global na adoção de carros elétricos e suas iniciativas voltadas ao meio ambiente são pautas relevantes em qualquer partido político do país, enfatizando a noção de que a preocupação ambiental é geral (POR QUE A NORUEGA..., 2019).

Em 2019, Oslo recebeu o prêmio de “Capital Verde da Europa”, além de ser considerada um país de “Economia Verde”, isto é, interessada em energias renováveis e acessíveis, cidades e comunidades sustentáveis, ação climática e redução de desigualdades, alguns dos pilares da Agenda de 2030 de Desenvolvimento Responsável (PNUD, 2018). No entanto, o modelo pode ser considerado falho, uma vez que atribui valores econômicos aos recursos naturais e, assim, o problema de transformar a natureza em mercadoria só aumenta e a lógica capitalista econômica prevalece. Desse modo, é possível dizer que surge um novo momento do capitalismo - ou um “eco-capitalismo”.

Nesse contexto, a Noruega apresenta-se, à primeira vista, como um país do Norte Global disposto a investir na preservação ambiental mundial e, mais especialmente, no território brasileiro. Em 2008, foi consolidado o Fundo Amazônia e a Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega - projetos destinados à preservação. O país foi responsável por 94% dos R\$3,4 bilhões arrecadados para o financiamento e outros programas patrocinados pelo governo norueguês foram anunciados com iniciativas ambientais em diversos países. No entanto, o país nórdico é um dos principais exportadores de petróleo e de gás do mundo, evidenciando a contradição que tal dado implica, já que esse tipo de energia é extremamente poluente (POR QUE A NORUEGA..., 2018).

À vista disso, destaca-se o papel da Noruega nas relações com o Brasil, principalmente no que tange às iniciativas que colaboram para impactos sociais e ambientais, como no ramo de mineração da bauxita. Assim, dois lados são expostos: o de uma Noruega que investiu cerca de 8 milhões de coroas norueguesas, entre o período de 2008 e 2019, para fundos de proteção à floresta amazônica e aos direitos indígenas, e de outro, investimentos de mais de 40 bilhões de coroas norueguesas em atividades que incentivam a degradação do meio ambiente no solo brasileiro (ESCRITOR NORUEGUÊS ANALISA..., 2020). Como exemplo, a empresa Hydro - condenada por crimes ambientais no Brasil - que abdicou de bilhões

para comprar setores mineradores de bauxita e alumínio da Vale (empresa brasileira). A multinacional respondeu por vazamentos na cidade de Barcarena, “resultado de negligências deliberadas dos riscos ambientais somada[s] à incapacidade de ouvir as necessidades da comunidade local.” (LEIRA, 2021, p. 10). Quando questionado a respeito do escândalo, o CEO da Hydro assumiu que somente após a ameaça de reduzir a produção da empresa no Brasil que as acusações de vazamento passaram a ser tratadas como uma crise - ressaltando mais uma vez o quão irrelevante mostra-se a preservação do meio ambiente no contexto capitalista. No tangente ao Fundo Amazônia, há quem o critique como uma iniciativa neocolonialista,, ao passo que o próprio ministro do Petróleo e Energia da Noruega, Terje Riis-Johansen, em 2010, alegou que “um bilhão de dólares para o Fundo Amazônia facilitou a entrada da Noruega na indústria petrolífera brasileira” (REGNSKOG-MILLIARDER ÅPNER..., 2010).

Outro setor que destaca influência escandinava é a agricultura, visto que a soja brasileira, grande responsável pelo desmatamento de biomas, tem como destino o mercado norueguês. A Noruega é a maior produtora mundial de salmão em cativeiro, o qual se alimenta predominantemente de ração feita com proteína de soja proveniente de regiões desmatadas ilegalmente no cerrado brasileiro. Além disso, estima-se que mais de 35% dos agrotóxicos utilizados no Brasil - o maior consumidor mundial de agrotóxicos - são empregados nas plantações de soja. O país escandinavo também tem interferência, através da empresa Yara, no setor de agroquímicos, que atuam no desmatamento do Cerrado e da Amazônia brasileira, na medida em que a expansão do negócio acontece por meio da queima da floresta tropical (LEIRA, 2021).

No entanto, é necessário salientar novamente quem representa o interesse dos países em questão, uma vez que na visita do presidente Temer à primeira-ministra norueguesa, diversos manifestantes ambientalistas e de direitos humanos protestaram em 2017. Declarações em cartazes dizendo “pelo fim da aventura petrolífera no Brasil” eram comuns, referindo-se à Hydro e à Vale e pedindo, sobretudo, o fim da destruição da floresta. (GREENPEACE BRASIL, 2017). Portanto, é evidente que desde que o lucro seja grande o suficiente, “fatores como os direitos dos povos indígenas e a preservação do meio ambiente, para não mencionar as questões éticas, deixam de ter importância” (LEIRA, 2021, p. 144).

De fato, o financiamento norueguês no Fundo Amazônia permitiu que diversos projetos fossem realizados para fiscalizar e defender regiões em risco, mas a principal conclusão é clara: a Noruega investiu mais em empresas e indústrias que degradaram biomas brasileiros do que em iniciativas de proteção.

4 A RELAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA ENTRE NORUEGA E BRASIL PELA ÓTICA DA TEORIA MARXISTA

Conforme problematizado nas seções anteriores, a lógica do sistema capitalista baseia-se, principalmente, na necessidade de acumulação de capital ilimitada. Para tanto, um dos caminhos para o lucro máximo é a transformação de objetos em mercadorias. Nesse sentido, essencialmente após a Primeira Revolução Industrial, a natureza se torna um produto, visto que “as forças naturais são apropriadas, dimensionadas e planejadas pelo homem em função das necessidades de acumulação do capital.” (MÉDICI, 1983 *apud* GROSSI, 2009, p. 36). Logo, por intermédio do trabalho, percebe-se uma certa subordinação da natureza ao homem - consequência da própria lógica do mercado neoliberal - e, assim, ela é transformada na fonte de recursos para lucros ilimitados (POLANYI, 2000). No entanto, há uma contradição nesse processo: os recursos naturais são limitados enquanto a acumulação de capital é ilimitada para o sistema capitalista.

Em relação ao estudo de caso apresentado e considerando os dados da Divisão de Inteligência Comercial fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as exportações brasileiras para a Noruega, em 2014, foram compostas, majoritariamente, por produtos químicos inorgânicos, principalmente a alumina calcinada, e por commodities agrícolas, como a soja e o café. Por sua vez, as importações brasileiras originárias da Noruega, no ano em questão, compuseram-se, por exemplo, de gás liquefeito - combustível, pescados e máquinas mecânicas (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2014). Tais dados ratificam a teoria do Sistema Mundo, na qual o Brasil como uma semiperiferia é responsável por exportar matérias-primas e produtos agrários para os centros, o que o limita atingindo a modernização e, já que não detém o controle do seu próprio crescimento, depende da demanda dos países centrais para impulsionar seu desenvolvimento (HAGE, 2013; MELLO, 1988).

Ademais, nas relações comerciais e econômicas bilaterais entre esses dois Estados, identifica-se um fenômeno similar ao impe-

rialismo descrito por Lênin (1979) na presença crescente de investimentos noruegueses no Brasil. Como é destacado na análise feita por Grossi, o capital transforma diretamente a gestão dos recursos naturais, e assim, tem sido “capaz de transferir as consequências desta crise [ecológica contemporânea] para países e classes a ele subordinadas.” (GROSSI, 2009, p. 46). Nesse sentido, o território e o meio ambiente brasileiros são devastados por atividades mineradoras e agrícolas financiadas pela Noruega e, também, por uma minoria brasileira - a elite.

Vale colocar em evidência os anos anteriores à criação do Fundo Amazônia, nos quais o Brasil atingiu indicadores de preservação ambiental com triunfo. No entanto, nos primeiros anos de execução do projeto, o próprio governo brasileiro, na presidência de Lula da Silva de 2008, se aproximou de multinacionais e incentivou, mais uma vez, o desmatamento desenfreado para obtenção de maiores lucros. Assim, é vantajoso economicamente para as elites do país a exploração ambiental oriunda do agronegócio, mesmo que para isso haja um dano irreversível. Diante desse contexto, destacamos a relação das monoculturas no processo de degradação do meio ambiente brasileiro, na medida em que o processo agrário sob o regime capitalista desenvolve técnicas prejudiciais ao solo. É importante considerar, a indispensabilidade das condições naturais à vida, na qual o progresso econômico de uma determinada sociedade não deveria colocá-las em risco. Logo, “A produção capitalista, portanto, so desenvolve as técnicas e o grau de combinação do progresso social da produção minando, simultaneamente, as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador” (MARX, 1983 *apud* FOSTER, 1999, p. 167). Conforme Carvalho (2013), o agronegócio considera estratégias burguesas de concentração da terra, de produção acelerada de produtos florestais, de agropecuária em larga escala e, principalmente, de monocultivos como promissoras. Entretanto, necessitam de um intenso uso de agrotóxicos, sementes transgênicas e hormônios, além de desprezar povos e trabalhadores. Nesse sentido, a obtenção do lucro justifica o descaso com questões ambientais e sociais para o empresário capitalista.

Logo, percebe-se o Estado brasileiro e as elites nacionais como agentes da degradação ambiental, os quais permitem que tal situação se intensifique por mudanças na legislação ou ainda na ineficiência de fiscalização. Como agravante dessa problemática, ainda é possível observar empresas agrícolas e grandes produtores

agropecuários que financiam campanhas eleitorais e políticos da denominada “bancada ruralista”, com a intenção de obter proteção e benefícios para manterem suas produções que tanto devastam o meio ambiente. Ou seja, utilizam da posição de dominação, como é descrito por Marx (1999), visto que são os detentores dos meios de produção. Assim, compreende-se o Estado e a degradação ambiental como resultados dos interesses dos atores e classes dominantes.

Com isso, podemos analisar que o crescimento do agronegócio e de indústrias brasileiras beneficia, diretamente, a classe burguesa nacional e os países centrais, como a Noruega. Consequentemente, as desigualdades sociais são estimuladas e a industrialização impulsiona, mesmo que paulatinamente, a expansão dos impactos contra o meio ambiente e a utilização intensiva dos recursos naturais brasileiros, que compõem em larga medida a pauta das exportações nacionais. Então, como afirmam Young e Lustosa (2003), as elites capitalistas, de certa forma, são as financiadoras do processo de industrialização e do agronegócio e, por isso, do processo de degradação do meio ambiente e do fortalecimento das desigualdades entre as classes. Nesse viés,

O sistema capitalista transforma efetivamente o planeta em uma gigantesca máquina para a fabricação e a acumulação de quantias cada vez maiores de dinheiro. Matérias-primas, energia e os trabalhadores são o alimento desta gigantesca máquina de produção de lucro em taxas sempre crescentes⁷ (WILLIAMS, 2010, p. 230, tradução nossa).

Portanto, as disparidades referentes aos níveis de consumo entre as classes ricas e pobres se expandem continuamente e o abismo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos permanece vivo, fortificando as desigualdades sociais. Como consequência, os padrões de consumo estabelecidos pelo mercado neoliberal se mantêm com base nos impactos ambientais e na mercantilização da natureza, essencialmente em países exportadores de produtos primários, como o Brasil (ÁVILA; MONTE-MÓR, 2011).

Nesse sentido, mecanismos como a troca desigual, os financiamentos aos desequilíbrios da balança de pagamentos e os investimentos diretos caracterizam ainda mais a exploração da peri-

7. The capitalist system effectively turns the planet into a giant machine for the manufacture and accumulation of larger and larger amounts of money. Raw materials, energy, and human workers are fed into the maw of this giant profit-making machine at ever-growing rates.

feria e da semiperiferia pelos países ricos do centro (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Tudo isso clareia a ideia de que “a luta de classes se torna uma questão internacional travada a partir das lutas nacionais” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 121). Conclui-se, então, que as elites de ambos os países exploram os proletários e o meio ambiente do Brasil, caracterizado como uma semiperiferia segundo os pressupostos de Wallerstein. Assim, como explicitado na teoria da Dependência, as desigualdades nacionais e internacionais são resultados das relações assimétricas entre países ricos e pobres, em benefício dos primeiros e de uma minoria (pequena elite) nos últimos (ÁVILA; MONTE-MÓR, 2011).

Isso acontece, também, porque os países centrais, segundo Elmar Altvater (1992), reconhecem suas disponibilidades precárias de recursos naturais e, conseqüentemente, perpetuam o subdesenvolvimento dos demais Estados. Nessa conjuntura, portanto, a exploração e a destruição ambiental se tornam “intrínsecas a uma sociedade de classes estruturalmente desigual” (GROSSI, 2009, p. 33).

5 CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos previamente apresentados concluímos que países do Norte Global e o próprio sistema capitalista influenciam diretamente na exploração ambiental do Brasil, contexto apresentado pela pergunta de partida ‘Em que medida as relações econômicas entre Brasil e Noruega influenciam na exploração ambiental brasileira?’. Tal influência se dá dentro da lógica capitalista na medida em que o Estado brasileiro - e as elites - enquanto parte da semiperiferia busca lucrar e se manter estável dentro do sistema, exportando bens primários e parte de seus recursos para os países centrais, importando bens de alto valor agregado. Dessa forma, configura-se um contexto exploratório, no qual as periferias e as semiperiferias acabam por deteriorar seus próprios territórios para alimentar esse ciclo do capital. Enquanto isso, a Noruega é caracterizada como um país central, mais desenvolvido economicamente e tecnologicamente, que importa grande parte das commodities brasileiras e investe em negócios prejudiciais - como é o caso de algumas mineradoras na região amazônica -, contribuindo com a degradação ambiental brasileira mesmo sendo a maior patrocinadora do Fundo Amazônia.

Nessa lógica, de que não há limites para a acumulação, as desigualdades no processo de crescimento econômico - tanto entre

países como entre classes sociais nacionais - permanecem constantes. Logo, “A devastação ecológica não é um resultado acidental do desenvolvimento capitalista, mas um elemento intrínseco do sistema e o integra da mesma maneira que a exploração de classe”⁸ (WILLIANS, 2010, p. 230, tradução nossa).

À vista disso, compreendemos que, conforme descrito pelas teorias marxistas, Sistema-Mundo e Dependência, os seres humanos e, principalmente, o meio ambiente passam a ser vistos como produtos inseridos nos mecanismos de oferta e procura, reafirmando o capitalismo como, segundo Karl Marx, “um modo de produção de mercadorias” (MARX, 2017, p. 4). Diante desse contexto, uma vez que há uma busca incessante pelo capital, a natureza é explorada ao extremo e mantêm-se as configurações capitalistas do Sistema Mundo vigente.

Dessa forma, os Estados e classes se relacionam mutuamente com o ecossistema e são vinculados economicamente de maneira a reiterar as relações sociais de dominação, na mesma medida em que a degradação ambiental é uma consequência direta e intrínseca do desenvolvimento do capitalismo. Sendo assim, as relações assimétricas entre os países centrais e periféricos perpetuam o subdesenvolvimento da periferia. No entanto, não cabe culpabilizar apenas o Norte Global como agente do descuido ambiental, afinal, conforme demonstrado, o próprio governo e as elites brasileiras permitem que tal degradação aconteça no Brasil, na medida em que incentivavam exportações e investimentos na agropecuária e na mineração, visto que a atuação delas no mercado mantém o país como uma das maiores economias mundiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

AMARAL, M. S. O estranho marxismo da teoria do moderno sistema mundial (ou o que foi feito do imperialismo e da dependência?). In: **Canais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, 2017. Niterói; NIEP-Marx (org.).

ÁVILA, J. L. T.; MONTE-MÓR, R. L. M. **Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo**. SciELO Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300004>. Acesso em: 22 maio 2021.

8. “Ecological devastation is not an accidental outcome of capitalist development but an intrinsic element of the system, just as integral as class exploitation.”

ARACRUZ É ACUSADA..., 2006. “Aracruz é acusada de ocupar terras indígenas no Espírito Santo”. **G1**, 28. ago. 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1255587-9356,00-ARACRUZ+E+ACUSADA+DE+OCUPAR+TERRAS+INDIGENAS+NO+ESPIRITO+SANTO.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Noruega**. Brasília: MRE, 2014. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXNoruega.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2021.

CARVALHO, H. M. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. Revista Reforma Agrária, edição especial, p. 32, jul. 2013.

ESCRITOR NORUEGUÊS ANALISA..., 2020. “Escritor Norueguês Analisa a Relação Ambígua de Seu País Com a Amazônia: ‘Somos Parte Da Solução E Do Problema’ - Notícias Ambientais.” **Mongabay**, nov 30, 2020. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2020/11/escritor-noruegues-analisa-a-relacao-ambigua-de-seu-pais-com-a-amazonia-somos-parte-da-solucao-e-do-problema/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

FOSTER, J. B. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (Org.) **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 74-161.

FUNDO AMAZÔNIA, 2017. “Home”. **Fundo Amazônia**, 2017. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 2ª Ed., Porto Alegre: L & PM, 2020.

GILPIN, R. As três ideologias da Economia Política. In: **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2002, p. 43-84.

GRACIOLLI, E. J.; DUARTE, P. H. E. A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: **Anais do V Colóquio Marx e Engels**. Campinas: UNICAMP, 2007. CEMARX - Centro de Estudos Marxistas (org.).

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2, São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GREENPEACE BRASIL, 2017. “Na Noruega, Temer encara protesto, corte de verbas para Amazônia e ‘bronca’” **Greenpeace**, 23 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/na-noruega-temer-encara-protesto-corte-de-verbas-para-amazonia-e-bronca/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

GROSSI, M. A. **Capitalismo e a questão ambiental: Contribuições da Tradição Marxista**. Libertas. Juiz de Fora, vol. 3, 2009, p. 33-56. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18179/9430>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

HAGE, J. A. A. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, vol. 22, n. 1, 2013, São Paulo.

KATZ, C. “Teoria da Dependência e o Sistema Mundo.” **O Diário.Info**, 11 Novembro 2016, Disponível em: <<http://www.odiarior.info/teoria-da-dependencia-e-o-sistema/>>. Acesso em: 23 maio 2021.

KOVEL, J. **The Enemy of Nature: the end of capitalism or the end of the world**. 2ª Ed., Zed Books, 2011.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEIRA, T. **A Luta pela Floresta: Como a Noruega ajuda a proteger e a destruir o meio ambiente no Brasil**. 1º Ed. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

LENIN, V. **Imperialismo - Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo?** 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, L. T. A Teoria da Dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Apr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018&lng=en\u201c\u2013iso>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência: Uma Antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**. 2015, pag. 95-108. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>>. Acesso em: 23 maio 2021.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Prefácio para a crítica da economia política. *In: Os Pensadores*. 1ª Ed., São Paulo: Nova cultural, 1999.

MÉDICI, A. C. Marx e o Meio Ambiente. *In: FIGUEIREDO*, Eurico de Lima;

MELLO, J. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CERQUEIRA FILHO, G.; KONDER, L. (Org.). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 5-26.

NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PAES DE ALMEIDA, J. **Ecossocialismo e a contribuição de seu ideário político: o Manifesto Ecossocialista Internacional**. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 19, 2015, p. 781-881. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305541164015>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PNUD, 2018. **Noruega**. Disponível em: <<https://www1.undp.org/content/undp/es/home/funding/core-donors/Norway.html>>. Acesso em: 12 maio 2021.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POR QUE A NORUEGA..., 2018. “Por Que a Noruega é Acusada de Hipocrisia Em Sua Política Ambiental.” *Época Negócios*, 25. out. 2018. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2020/11/escritor-noruegues-analisa-a-relacao-ambigua-de-seu-pais-com-a-amazonia-somos-parte-da-solucao-e-do-problema/>>. Acesso: 12 maio 2021.

POR QUE A NORUEGA..., 2019. “Por Que a Noruega é, Sim, Um Exemplo a Ser Seguido Em Temas Ambientais.” **Scandinavian Way**, 27. ago. 2019. Disponível em: <<https://scandinavianway.com.br/por-que-a-noruega-e-sim-um-exemplo-a-ser-seguido-em-temas-ambientais/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

REGNSKOD-MILLIARDER ÅPNER..., 2010. Regnskog-Milliarder Åpner Oljedører. **Dagens Næringsliv**, 14 set. 2010. Disponível em: <<https://www.dn.no/regnskog-milliarder-apner-oljedorer/1-1-1532317>>. Acesso em: 12 maio 2021.

RUPERT, M. Marxism and critical theory. In: DUNNE, Tim *et al.* (eds.). **International relation theories: Discipline and diversity**. Oxford: OUP, 2007, p. 153-170.

SANTOS, T. D. La teoría de la dependencia: un balance histórico. In: LÓPEZ SEGRERAS, Francisco. **El reto de la globalización**: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas: CRESALC-UNESCO, 1998, p. 17-37.

SILVA, M. A. M. **Teoria crítica em relações internacionais**. Contexto internacional. Rio de Janeiro, vol. 27, 2005, p. 249-282. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102=85292005000200001-&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VIGEVANI, T. *et al.* **A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais**. São Paulo. Lua Nova, 2011, p. 111-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamentos, 1974.

WILLIAMS, C. **Ecology and socialism**: solutions to capitalist ecological crisis. Chicago: Haymarket Books, 2010.

YOUNG, C.E.F.; LUSTOSA, M.C.J. **A Questão Ambiental no Esquema Centro-Periferia**. Economia, 2003.